



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES ENVOLVENDO AS EMPRESAS JBS E J&F EM OPERAÇÕES REALIZADAS COM O BNDES E BNDES-PAR OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2016, QUE GERARAM PREJUÍZOS AO INTERESSE PÚBLICO, OS PROCEDIMENTOS DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OS ACIONISTAS DAS EMPRESAS JBS E J&F (CPMI JBS)



REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, com o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocada a **Sra. Débora Santos Pelella**.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem entre as suas sub-relatorias a de Investigação dos Vazamentos em Delações Premiadas e Aperfeiçoamento legislativo. Como objetivo geral a Sub-Relatoria deve investigar o modus operandi das delações premiadas de que trata a Lei nº 12.850/2013, com destaque para o papel dos vazamentos, bem como apresentar proposições legislativas que aperfeiçoem o instituto.

Este requerimento requer seja convocada a Sra. Débora Santos Pelella, “consultora em comunicação social e gestão de crises”. Débora é mencionada em matéria jornalística com o título “*Ministro Edson Fachin paga assessora particular casada com braço direito de Janot*”, do jornalista Domingos Fraga¹, do portal de notícias R7:

¹ <https://noticias.r7.com/coluna-do-fraga/ministro-edson-fachin-paga-assessora-particular-casada-com-braco-direito-de-janot-15092017>



CONGRESSO NACIONAL

A história ganha estranheza quando se sabe que Débora trabalha, como diz seu perfil no LinkedIn, com "consultoria em comunicação social e gestão de crises" no gabinete de Edson Fachin, sendo paga pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, do próprio bolso. E fica mais estranha ainda quando, também, se sabe que o marido de Débora, Eduardo Pelella, é o braço direito e chefe de gabinete do procurador-geral da República. (...)

Ouvida pela coluna, Débora disse que "presta um serviço autônomo como outro qualquer". Enfatizou que atua como funcionária particular de Edson Fachin, sem qualquer vínculo profissional com o STF. Ela está com o ministro desde junho (portanto, já depois de Fachin ter assumido a Lava Jato). Até setembro do ano passado, ela era servidora comissionada do Supremo na gestão de Ricardo Lewandowski.

"Não há qualquer relação entre as funções exercidas por mim e pelo meu esposo. O ministro Edson Fachin sempre esteve ciente da relação conjugal, assim como os demais ministros quando atuei, entre agosto de 2014 e setembro de 2016, como secretária de Comunicação Social do STF, responsável pelo assessoramento inclusive do saudoso ministro Teori Zavascki, enquanto relator da Lava Jato", afirmou Débora.

A jornalista pode não ver conflito entre o casamento e a função que ocupa. Mas a situação é peculiar.

Em outra matéria, publicada pelo jornalista Reinaldo Avezedo², no portal UOL, Débora Pelella é novamente mencionada:

O sr. Pelella está nos diálogos nada republicanos de Joesley Batista e Ricardo Saud. Segundo o açougueiro de casaca, foi ele a passar todas as informações a Janot dos entendimentos anteriores ao acordo de delação premiada. Entendimentos esses que, se havidos — e parece não haver dúvidas a respeito —, são ilegais.

Mais: até os gramados a esta altura ressequidos de Brasília sabem que Janot fraudou o princípio do juiz natural quando "escolheu" Fachin para ser o relator do caso JBS, uma vez que aquilo nada tinha a ver com o petróleo. O Supremo referendou a escolha por mero coleguismo e espírito de corpo. Como se nota, foi um erro. Hoje, se determinadas

² <http://www3.redetv.uol.com.br/blog/reinaldo/post/homem-forte-de-janot-e-casado-com-mulher-forte-de-fachin-renuncie-a-relatoria-ministro/>





CONGRESSO NACIONAL

gravações feitas pela gangue vierem a público, a reputação de alguns de seus integrantes irá para a lama. E sem que tenham cometido, até onde se sabe, nenhum crime.

Mais: Francisco de Assis e Silva, um dos delatores da JBS, disse ter-se reunido com Pelella, o Eduardo, marido da Pelella, a Debóra, assessora de imagem de Fachin, cinco dias antes de Joesley gravar o presidente. O que há de errado nisso?

Bem, por que um quadro da JBS, que está negociando as condições de uma delação premiada, tem a conversar com o braço direito de Janot? Vão debater o quê? O preço do coxão mole, da bisteca, da linguiça? Se, junto com tal fato, temos o próprio Joesley a afirmar que Pelella é o provável intermediário entre o grupo de futuros delatores e Janot, aí a coisa ganha contornos realmente, como direi?, “filocriminosos”.

Convenham: a cada hora, essa história é mais malcheirosa.

Por entender que a oitiva da convocada é fundamental para esta CPMI, notadamente para melhor compreender como são negociadas as delações premiadas e, se terceiros exercem tráfico de influência junto a autoridades públicas para sua efetivação, é o presente requerimento.

Deputado WADIH DAMOUS (PT/RJ)

Deputado PAULO PIMENTA (PT/RJ)

Senador PAULO ROCHA (PT/PA)



CD/17119.92539-06